

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2023
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

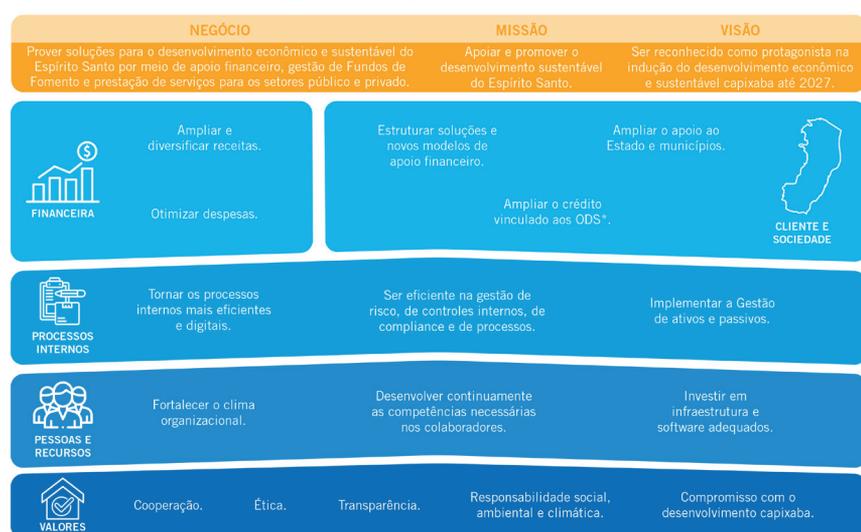
O Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. – BANDES, em observância aos preceitos legais, em especial aos dispositivos baixados pelo Banco Central do Brasil, submete à apreciação do seu Conselho de Administração (CONAD) este Relatório de Administração referente ao ano de 2023, acompanhado das Demonstrações Financeiras e do Relatório dos Auditores Independentes, no qual são destacadas as ações e comentários seguintes.

1. A Empresa

O BANDES é uma sociedade de economia mista, estatal não dependente, vinculada à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico (SEDES), sendo o Governo do Estado seu acionista majoritário.

O BANDES tem a missão de promover o desenvolvimento sustentável do Espírito Santo e o seu negócio é prover soluções para o desenvolvimento econômico e sustentável do Estado por meio de apoio financeiro, gestão de Fundos de Fomento e prestação de serviços para os setores público e privado.

No Plano Estratégico 2023-2027 o Banco reforçou sua responsabilidade em ter um negócio focado no desenvolvimento econômico sustentável capixaba. Esse compromisso enseja uma atuação com oferta de crédito para investimento de forma preferencial, com serviços e produtos vinculados à temática social, ambiental e climática, bem como melhorias internas em eficiência operacional, gestão de riscos e controles internos, capacitação de colaboradores e a sustentabilidade financeira da própria instituição.

Mapa Estratégico 2023/2027

2. Finanças

No ano de 2023, o BANDES registrou lucro de R\$ 75,9 milhões, resultado decorrente, sobretudo, do desempenho das aplicações financeiras, da renda com operações de crédito e de recuperação de créditos inscritos em prejuízo. O Patrimônio Líquido do Banco alcançou R\$ 435,2 milhões em dezembro de 2023, um aumento de 13,4% em relação a dezembro de 2022.

O BANDES encerrou 2023 com a rentabilidade líquida das aplicações financeiras dos seus recursos próprios em 97% do CDI. O rendimento com aplicações financeiras no ano de 2023 foi superior ao ano anterior, saltando de R\$ 100,7 milhões para R\$ 120,7 milhões. A renda com operações de crédito somou R\$ 53,3 milhões, um aumento de 2,4% em relação a 2022. O ganho com prestação de serviços, que inclui a administração dos fundos de fomento, também cresceu em relação ao ano anterior, chegando a R\$ 20,3 milhões, um incremento de 9,3%.

Em 2023, a inadimplência da Carteira de Crédito total do BANDES encerrou o ano em 1,8%, uma redução de 0,6 ponto percentual em comparação ao índice apurado em dezembro de 2022. É o menor patamar registrado nos últimos 15 anos.

No ano, as ações diversificadas de cobrança de créditos vencidos resultaram na recuperação de R\$ 40,2 milhões de dívidas inscritas em prejuízo. Obteve destaque a campanha destinada ao atendimento de produtores rurais assentados.

Por meio de leilões administrativos, alienação fiduciária e vendas diretas, no ano de 2023, o BANDES concretizou a venda de 20 imóveis (entre consolidados e bens não de uso), totalizando R\$ 4,2 milhões.

Por fim, o BANDES alcançou nota AAA da agência de classificação de risco Fitch Ratings, melhora alcançada após reavaliação em junho de 2023.

3. Clientes e Sociedade

No ano de 2023, o total de recursos liberados para investimento e capital de giro alcançou R\$ 1,2 bilhão, valor 6,7% superior ao performado em 2022. Esse montante de recursos compreende:

- R\$ 163,3 milhões em operações de crédito com risco do BANDES;
- R\$ 35,7 milhões em operações de crédito com risco dos fundos de desenvolvimento administrados pelo BANDES;
- R\$ 752,8 milhões provenientes dos financiamentos Fundap;
- R\$ 20,3 milhões liberados para empresas investidas pelo FIP Funes 1;
- R\$ 262,9 milhões em liberações vinculadas a serviços prestados ao Funsaf, Programa Reflorestar, Funcitec, Fundap Frete e Renova / Saneamento Prefeituras.

O saldo de operações de crédito da carteira do BANDES somou R\$ 479,8 milhões ao final de 2023, registrando um aumento de 2,4% com relação a dezembro 2022. O setor de serviços apresentou participação de 33,2% na carteira de crédito, a indústria 25,6%, o comércio 8,2% e a administração pública 3,8%. A atividade agropecuária, apesar da redução da participação nos últimos anos, correspondeu a 29,2% da carteira em dezembro de 2023.

A carteira de Fundos de Investimento em Participações (FIPs), em que o BANDES atua como cotista ou representante de fundos estaduais cotistas, tem um capital comprometido de R\$ 290 milhões, sendo R\$ 250 milhões do FIP FUNDES1, com recursos do Fundo Soberano do Estado do ES, e R\$ 30 milhões com a utilização de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo (FUNDES) nos FIPs: Primatec, Seed4Science, Fundo Anjo e Trivella M3 VC4. Além disso, o BANDES possui participação direta no FIP Criatec3 no valor de R\$ 10 milhões. No total, até dezembro de 2023, foi repassado para todos esses FIPs o montante de R\$ 70,3 milhões.

Por meio do Programa Global de Crédito para a Defesa do Setor Produtivo e Emprego no ES

(PROES), fruto do empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o BANDES liberou no ano de 2023 o valor de R\$ 21,4 milhões em créditos para apoiar a sustentabilidade financeira de curto prazo das micro, pequenas e médias empresas capixabas. De janeiro a dezembro de 2023 foram aprovados R\$ 69,2 milhões em financiamentos para fomento à ciência, tecnologia e inovação, referentes a repasses de recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), valor superior aos R\$ 8,5 milhões performados em 2022. Com relação à projetos de investimento fixo, em 2023 o BANDES aprovou também R\$ 46 milhões em financiamento com recursos de repasse do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Para o setor de turismo, o BANDES aprovou R\$ 11,8 milhões em financiamentos, referentes a repasse de recursos do Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR).

Com recursos do Fundo Renova Giro Microcrédito e MPE, foi liberado durante o ano de 2023 o total de R\$ 6,2 milhões em financiamentos para as empresas localizadas nos municípios capixabas impactados pelo rompimento da barragem de Fundão, Mariana/MG. Além disso, foi repassado o montante de R\$ 15,1 milhões de recursos da Fundação Renova Saneamento e Resíduos Sólidos para projetos e obras de Implantação da Central de Tratamento de Resíduos (CTR) e Obra de Complementação do Sistema de Esgotamento Sanitários Sede, ambos no município de Colatina.

No ano de 2023, foram liberados R\$ 5,4 milhões em crédito para modernização da gestão pública, beneficiando os municípios de Dores do Rio Preto, Fundão e Vila Pavão, um incremento de 92,7% com relação ao liberado em 2022. Com relação à prestação do serviço de estruturação e ao desenvolvimento de estudos de viabilidade, modelagem licitatória e assessoria para Projetos de Concessões Públicas e Parcerias Público-Privadas (PPPs), o Programa "ES Inteligente" encerra o ano com Acordos de Cooperação Técnica firmados com 24 municípios capixabas. Ainda em 2023, o BANDES foi qualificado como prestador de suporte técnico e *facilities* de projetos de PPPs do Governo do Estado do ES. Nesta prestação de serviço, visualizam-se projetos em Educação (construção/gestão de unidades escolares para o Estado) e Concessão de Terminais Rodoviários, no âmbito da parceria firmada entre o Governo do Estado e o BNDES.

Cabe destacar que dos R\$ 199,0 milhões liberados em operações de crédito em 2023, o percentual de 80% foi destinado para as empresas de médio e grande porte e 20% para as micro e pequenas. Ainda sobre o montante liberado, 22% foi aportado em empreendimentos liderados por mulheres.

Em 2023, com o Programa Reflorestar, o BANDES liberou o montante de R\$ 5,8 milhões em Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), por meio da utilização do Fundo Estadual de Recursos Hídricos e Florestais do Espírito Santo (Fundágua). Os recursos beneficiaram 143 novos projetos e mais de 1.000 contratos em fase de monitoramento, distribuídos em 71 municípios capixabas, gerando impacto direto na conservação e/ou recuperação de 6.600 hectares.

No Programa de Incentivo ao Investimento no Estado do Espírito Santo (INVEST-ES), o BANDES analisou 162 projetos em 2023, sendo enquadrados 101 novos no programa, representando investimentos previstos de R\$ 7,0 bilhões. Esses investimentos projetaram a geração de 6.942 empregos diretos. Nos termos do Decreto Nº 5.163/2022, o Banco atuou na análise, fiscalização e acompanhamento da execução de 14 Projetos de Investimento Produtivo, que objetivam o desenvolvimento de iniciativas de relevante interesse social e econômico pelo contribuinte detentor de créditos de ICMS.

Ademais, o FUNSES, por meio do BANDES, lançou o Programa FUNSES ESG de Desenvolvimento com o edital de chamamento público de R\$ 250 milhões para apoio financeiro a projetos estratégicos, mediante subscrição de debêntures não conversíveis em ações. A Comissão Avaliadora de Debêntures do Banco realizou a habilitação, qualificação e classificação das propostas apresentadas.

4. Processos Internos e Riscos

Em 2023, para melhorar a eficiência operacional e a gestão de riscos e controles internos, o BANDES promoveu a reestruturação do seu organograma e seus processos. No contexto da digitalização dos processos internos, visando otimizar o fluxo de concessão de crédito, o Banco concluiu a contratação de ferramenta automatizada de análise de crédito.

A solidez da instituição se mostra reforçada também pela gestão de riscos. O Índice de Basileia (IB) do BANDES passou de 29,0%, em dezembro de 2022, para 37,0% em dezembro de 2023. Já o Patrimônio de Referência para comparação com o RWA (PRRWA) foi de R\$ 355,6 milhões, expansão de 16,2% no ano decorrente do aumento das receitas operacionais. Em relação ao crédito, o Banco tem buscado mitigar riscos pela desconcentração da carteira por atividade econômica. As quatro atividades mais representativas (café, pimenta do reino, administração pública e criação de bovinos para leite) reduziram sua participação de 39%, em dezembro de 2022, para 27% do saldo da carteira de crédito em 2023, abrindo espaço para outras atividades, como, extração de petróleo e gás natural, beneficiamento de rochas ornamentais, atividades hospitalares, operações de terminais portuários e transporte rodoviário de carga. A representatividade de Pessoas Jurídicas na carteira continua aumentando: passou de 56% do total, em dezembro de 2022, para 73% em dezembro de 2023.

5. Pessoas e Recursos

O Banco encerrou o ano de 2023 com 161 colaboradores (inclusive diretores e cargos em comissão) e lançou edital de Concurso Público para novas contratações. No período foram promovidas 127 capacitações, no total de 8.192 horas, abrangendo temas técnicos, governamentais, legais e de liderança. Foram treinados 140 dos 148 colaboradores concursados.

O programa de qualidade de vida no trabalho "BANDES Viva Bem" promoveu eventos de valorização do público interno feminino, palestras com foco em saúde mental, vacinação anti-gripal e ginástica laboral virtual. Em 2023, o BANDES destinou R\$ 128,9 mil para essas ações. Também neste ano, realizou-se pesquisa de clima e diagnóstico de cultura organizacional.

Durante o ano de 2023, o BANDES investiu R\$ 7,5 milhões em Tecnologia da Informação (TI) em ações para manutenção da infraestrutura tecnológica, aquisição de novo equipamento de storage, conclusão da renovação de cabeamento estruturado, obtenção de link de redundância de internet, atualização de softwares e continuidade da migração do sistema corporativo.

6. Indicadores de Desempenho

INDICADORES ESTRATÉGICOS	2022	2023	Varição
1. Liberação de recursos na temática social, ambiental e climática (mil)	R\$ 52.651	R\$ 105.005	99,4%
2. Liberação de crédito (mil)	R\$ 122.622	R\$ 198.987	62,3%
3. Recuperação de créditos baixados em prejuízo (mil)	R\$ 59.367	R\$ 40.227	(32,2%)
4. Rentabilidade das aplicações financeiras	100 % do CDI	97 % do CDI	(3,0p.p)
5. Índice de inadimplência da Carteira de Crédito (Atraso a partir de 90 dias/ Saldo da Carteira)	2,4%	1,8%	(25,0%)
6. Lucro Líquido (mil)	R\$ 70.002	R\$ 75.969	8,5%
7. Patrimônio Líquido (mil)	R\$ 383.859	R\$ 435.218	13,4%
8. Despesa / Receita de reversão líquida de PCLD (mil)	(R\$ 15.891)	R\$ 2.115	113,3%
9. Saldo de Operações de Crédito (mil)	R\$ 468.695	R\$ 479.778	2,4%

7. Notas

Os números apresentados são resultantes de um trabalho articulado com as demais instituições públicas do Estado, com terceiros, parceiros institucionais e de negócios, bastante representativos da coesão governo-sociedade, elemento fundamental para que o desenvolvimento sustentável – uma construção coletiva – aconteça.

Por fim, e em atenção às disposições do Artigo 8º da Circular 3.068, de 08.11.2001, do Banco Central do Brasil, o BANDES declara possuir capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

Conselho de Administração e Diretoria Executiva

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	12.2023	12.2022	PASSIVO	Nota	12.2023	12.2022
DISPONIBILIDADES	4	7.410	1.436	DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS PASSIVOS		1.008.821	895.447
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.560.269	1.388.056	Instituições Financeiras	14.1	423.487	350.435
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	437.124	405.482	Outros Clientes	14.2	171.197	194.769
Títulos e Valores Mobiliários	6	627.885	501.268	Outros Instrumentos Financeiros Passivos	14.3	414.137	350.243
Operações de Crédito	7	479.778	468.695	PROVISÕES		34.931	21.377
Outros Instrumentos Financeiros	8	15.482	12.611	Contingências	15	34.931	21.377
(-) PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CREDITO	7	(62.563)	(93.376)	OUTROS PASSIVOS		60.162	30.584
OUTROS CRÉDITOS	9	17.148	22.579	Outros Passivos	16	60.162	30.584
INVESTIMENTOS	10	5	45	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18	435.218	383.859
IMOBILIZADO DE USO	11	18.506	15.284	Capital Social:			
INTANGÍVEL	12	60.521	57.603	- De Domiciliados no País	18.1	439.371	439.371
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	13	(62.164)	(60.360)	Reservas	18.2 e 3	13.749	-
				Outros Resultados Abrangentes	18.4	(3.825)	(6.715)
				Lucros ou Prejuízos Acumulados	18.6	-	(34.720)
				(Ações em Tesouraria)	18.7	(14.077)	(14.077)
TOTAL DO ATIVO		1.539.132	1.331.267	TOTAL DO PASSIVO		1.539.132	1.331.267

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	2º Semestre 2023	12.2023	12.2022
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		106.075	214.233	212.105
Operações de Crédito		44.838	93.498	111.399
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		61.237	120.735	100.706
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(41.273)	(76.426)	(86.498)
Operações de Captação no Mercado		(7.521)	(16.980)	(16.081)
Operações de Empréstimos e Repasses		(33.496)	(61.561)	(54.526)
Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa		(256)	2.115	(15.891)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		64.802	137.807	125.607
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(24.398)	(44.972)	(44.464)
Receitas de Prestação de Serviços	30.1	11.785	23.136	20.463
Rendas de Tarifas Bancárias		2.694	5.111	3.603
Despesas de Pessoal	30.2	(24.865)	(46.609)	(41.952)
Outras Despesas Administrativas	30.3	(9.070)	(17.669)	(16.936)
Despesas Tributárias	30.4	(3.762)	(8.125)	(6.644)
Outras Receitas Operacionais	30.5	2.560	16.252	14.065
Outras Despesas Operacionais	30.6	(3.740)	(17.068)	(17.063)
RESULTADO OPERACIONAL		40.404	92.835	81.143
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	30.7	981	2.335	55
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ LUCRO E PARTICIPAÇÕES		41.385	95.170	81.198
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	3.j	(4)	(14.361)	(6.692)
Provisão para Imposto de Renda		128	(7.824)	(3.600)
Provisão para Contribuição Social		(132)	(6.537)	(3.092)
Ativo Fiscal Diferido		-	-	-
PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS E RESULTADOS	30.8	(4.840)	(4.840)	(4.504)
LUCRO LÍQUIDO		36.541	75.969	70.002
Ações em circulação: 28.918.787.043 unidades	18.1			
Lucro Líquido por lote de mil ações – (em R\$)		1,26	2,63	2,42

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	2º Semestre 2023	12.2023	12.2022
LUCRO LÍQUIDO	36.541	75.969	70.002
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES			
Itens que serão reclassificados para o resultado, quando condições específicas forem atendidas			
Ganho (Perda) não realizado em ativos financeiros disponíveis para venda	214	2.890	(2.005)
Valor justo de títulos disponíveis para a venda	389	5.481	(2.515)
Impostos sobre valor justo	(175)	(2.591)	510
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	36.755	78.859	67.997

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EVENTOS	CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS		OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	AÇÕES EM TESOURARIA	TOTAL
		RESERVA LEGAL	RESERVA ESTATUTÁRIA				
SALDOS EM 31/12/2021	439.371	-	-	(5.210)	(105.285)	(14.077)	314.799
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(1.505)	-	-	(1.505)
DESTINAÇÕES							
Dividendos / JCP prescritos	-	-	-	-	563	-	563
Lucro líquido	-	-	-	-	70.002	-	70.002
SALDOS EM 31/12/2022	439.371	-	-	(6.715)	(34.720)	(14.077)	383.859
Mutações no Exercício	-	-	-	(1.505)	70.565	-	69.060
SALDOS EM 31/12/2022	439.371	-	-	(6.715)	(34.720)	(14.077)	383.859
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	2.890	-	-	2.890
Lucro líquido	-	-	-	-	75.969	-	75.969
DESTINAÇÕES							
Dividendos / JCP	-	-	-	-	(27.500)	-	(27.500)
Reservas	-	2.062	11.687	-	(13.749)	-	-
SALDOS EM 31/12/2023	439.371	2.062	11.687	(3.825)	-	(14.077)	435.218
Mutações no Exercício	-	2.062	11.687	2.890	34.720	-	51.359
SALDOS EM 30/06/2023	439.371	-	-	(4.039)	4.708	(14.077)	425.963
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	214	-	-	214
Lucro líquido	-	-	-	-	36.541	-	36.541
DESTINAÇÕES							
Dividendos / JCP	-	-	-	-	(27.500)	-	(27.500)
Reservas	-	2.062	11.687	-	(13.749)	-	-
SALDOS EM 31/12/2023	439.371	2.062	11.687	(3.825)	-	(14.077)	435.218
Mutações no 2º Semestre	-	2.062	11.687	214	(4.708)	-	9.255

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

	2º Sem 2023	12.2023	12.2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
LUCRO LÍQUIDO ANTES DO IR E CSLL	36.545	90.330	76.694
Ajustes ao lucro líquido			
Imposto de Renda e Contribuição Social	(4)	(14.361)	(6.692)
Depreciações e Amortizações	983	1.803	1.572
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Líquida)	256	(2.115)	15.890
Provisão para Perdas/Desvalorizações	-	156	1.991
Provisão para Contingências Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	2.445	15.448	3.220
Reversão de Provisões	(1.220)	(1.525)	(2.893)
Prejuízo em Transações com Valores e Bens (Permanente)	966	1.026	2.597
Ajuste a Valor de Mercado TVM	214	2.890	(1.505)
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	40.185	93.652	90.874
Variações em ativos			
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(33.210)	5.221	13.836
Aumento em Títulos e Valores Mobiliários	(61.808)	(126.588)	(250.082)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(56.840)	(40.997)	78.810
(Aumento) Redução em Outros Créditos	1.178	673	(5.698)
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	(336)	(483)	(597)
Variações em passivos			
Aumento (Redução) em Depósitos	(21.176)	(23.576)	30.643
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	97.870	73.051	(26.889)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	73.398	91.578	56.283
CAIXA LÍQUIDO (APLICADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	39.261	72.531	(12.820)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Alienação de Investimentos	68	68	-
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	2.683	3.878	36
(Aquisição) de Imobilizado de Uso	(2.215)	(3.164)	(95)
Aquisição de Investimentos	-	-	(31)
(Aplicações) no Intangível	(1.848)	(2.976)	(2.024)
CAIXA LÍQUIDO (APLICADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(1.312)	(2.194)	(2.114)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Prescritos	-	-	564
Juros sobre o Capital Próprio /Dividendos Propostos	(27.500)	(27.500)	-
CAIXA LÍQUIDO (APLICADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(27.500)	(27.500)	564
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDOS	10.449	42.837	(14.370)
No Início do Período	343.181	310.793	325.162
No Final do Período	353.630	353.630	310.792
VARIAÇÃO NOS SALDOS DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	10.449	42.837	(14.370)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Apresentamos as notas explicativas integrantes do conjunto das demonstrações financeiras individuais do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES, em face do encerramento do exercício social de 2023 em comparação com o exercício social de 2022.

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES é uma entidade de economia mista, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, controlada acionariamente pelo Estado do Espírito Santo, com sede na Avenida Princesa Isabel, 54 – Edifício Caparaó, Centro – Vitória – ES.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/1976, com as normas e instruções do Conselho Monetário

Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), e estão em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.818/2020 e BCB nº 2/2020 que estabelecem critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

Na preparação destas demonstrações financeiras foi utilizada a base da continuidade operacional, que pressupõe que a entidade manterá suas ações e o cumprimento de suas obrigações de pagamento nos próximos exercícios sociais.

Em atendimento ao Art. 8º da Resolução CMN nº 4.818/2020, a Administração declara de forma explícita e sem reserva, que estas demonstrações financeiras estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, na reunião realizada em 21 de março de 2024.

NOTA 3 - PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS
a) Moeda funcional e de apresentação

A apresentação destas demonstrações financeiras é efetuada em Reais (R\$), que é a moeda funcional do BANDES. Todos os valores estão expressos em milhares de Reais (R\$ mil), exceto se indicado de outra forma.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros. Os recursos são utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 (noventa) dias. Ambos apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. (Nota 4)

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustado por provisão para perdas, quando aplicável. (Nota 5)

e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados, de acordo com a intenção da Administração, seguindo o disposto na Circular BACEN nº 3.068/2001, em três categorias:

Títulos para negociação – adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustado pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Títulos disponíveis para venda – são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustado pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando da efetiva realização.

Títulos mantidos até o vencimento – adquiridos com a intenção e capacidade financeira para manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A capacidade financeira está amparada em projeções de fluxo de caixa.

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira dos títulos, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

Os títulos e valores mobiliários adquiridos no período são periódica e sistematicamente avaliados de acordo com as diretrizes da Administração. Conforme estabelecido no artigo 5º da Circular BACEN nº 3.068/2001, a reavaliação quanto à classificação somente é efetuada por ocasião dos balanços. A transferência da categoria “mantidos até o vencimento” para as demais, somente poderá ocorrer por motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto, que tenha ocorrido após a data da classificação.

f) Operações de crédito, outros créditos com característica de concessão de créditos e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de créditos estão demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações. São classificadas observando:

- i. Os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo);
- ii. A avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

A atualização (*accruals*) das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas, e a partir do 60º dia em conta redutora do ativo (rendas a apropriar), sendo que o reconhecimento em resultado somente ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos em receitas quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682/1999, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

As operações em atraso classificadas no nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, descritos no item anterior.

A avaliação da Administração, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso, com contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, conforme definido na Resolução CMN nº 2.682/1999, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de Atraso	Classificação do Cliente
Sem atraso	AA
Até 14 dias	A
De 15 a 30 dias	B
De 31 a 60 dias	C
De 61 a 90 dias	D
De 91 a 120 dias	E
De 121 a 150 dias	F
De 151 a 180 dias	G
Superior a 180 dias	H

g) Despesas antecipadas

Correspondem às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no ativo e reconhecidas no resultado de acordo com o princípio de competência. (Nota 9.2)

h) Permanente

Grupo de ativos registrados pelo custo de aquisição, deduzidos de depreciação, amortização e provisão para atender às perdas prováveis na realização do seu valor. Subdivide-se em:

i. Investimentos - Estão representados em sua maioria por recursos aplicados em investimentos por incentivos fiscais. (Nota 10)

ii. Imobilizado - Corresponde aos ativos não monetários e que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. Está demonstrado pelo custo de aquisição, líquido de depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear conforme taxas anuais estipuladas em função do tempo de vida útil econômica como seguem: edificações – 4% ao ano - 300 meses; aparelhagens, móveis e máquinas, sistemas de segurança – 10% ao ano - 120 meses; equipamentos de informática – 20% ao ano - 60 meses; e ajustados por redução ao valor recuperável (impairment) quando aplicável. Os ganhos e as perdas na alienação do ativo imobilizado são reconhecidos em resultado não operacional. (Nota 11)

iii. Intangível - Corresponde aos ativos não monetários e que tenham por objeto bens incorpóreos, adquiridos ou gerados internamente, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. O grupo é constituído basicamente por gastos com desenvolvimento do sistema corporativo, por licenças e softwares, amortizados pelo método linear, ao longo da vida útil econômica do ativo, revisados internamente a cada período; e ajustados por redução ao valor recuperável (impairment) quando aplicável. Os prazos médios de vida útil econômica e respectivas taxas de amortização aplicadas por grupos de ativos são: desenvolvimento/modernização software corporativo, aplicativo para celulares e site corporativo, 12 anos - 8,33% ao ano; demais softwares 60 meses - 20% ao ano. (Nota 12)

i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009, sendo:

i. Provisões/Passivos Contingentes: são constituídas conforme fundamentação dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

ii. Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável, são divulgados em notas explicativas.

iii. Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

j) Tributos

O imposto de renda é constituído à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescido do adicional de 10% (sobre parcela do lucro real que exceder o valor resultante da multiplicação de R\$ 20 mil pelo número de meses do respectivo período de apuração). A alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL foi elevada de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019.

Para o Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS as alíquotas vigentes são 0,65% e 4%, respectivamente.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos em relação a diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos fiscais e base negativa a compensar na medida em que i) se considera provável o lucro tributável futuro para a sua utilização; e ii) apresente histórico de lucros ou receitas tributáveis em pelo menos três dos últimos cinco exercícios sociais. A realização esperada do ativo fiscal diferido é baseada na projeção de lucros tributáveis futuros e estudo técnico.

k) Outros ativos e passivos

Os outros ativos são evidenciados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais (em base *pro rata die*) auferidos e provisão para perda, quando julgada necessária.

Os passivos incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base *pro rata die*).

l) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para emissão. São compostos por eventos que originam ajustes, que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras, e eventos que não originam ajustes, isto é, evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

m) Redução ao valor recuperável de ativos

O Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos estabelece procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda ao valor de recuperação.

No período de 2023 não foram detectadas indicações de possíveis desvalorizações do ativo permanente. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas diretamente no resultado do período.

n) Resultados recorrentes / não recorrentes

A Resolução BCB nº 2/2020, em seu artigo 34, inciso V, determinou a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. A norma define como resultado não recorrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

o) Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras são requeridas aplicações de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto relevante sobre essas demonstrações. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Administração estão detalhados abaixo:

a) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/1999 e nº 2.697/2000. (Nota 7.e)

b) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, cível, tributárias e trabalhistas através de avaliações jurídicas. A avaliação dos prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente. (Nota 15)

c) Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados.

d) Valor justo de instrumentos financeiros: quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados não puder ser derivado de um mercado ativo, ele é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação que incluem o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis no mercado sempre que possível, mas quando os dados de mercado não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	12.2023	12.2022
Moeda Nacional (caixa)	1	2
Moeda Nacional (depósitos bancários)	7.409	1.434
Disponibilidades	7.410	1.436
Depósitos Interfinanceiros	60.251	102.224
Aplicações no Mercado Aberto	285.969	207.132
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez *	346.220	309.356
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	353.630	310.792

* Aplicações no mercado aberto cujo vencimento na data da efetiva da aplicação é igual ou inferior a 90 dias e que apresentam risco insignificante de mudança de valor. Os saldos apresentados compõem os totais da nota 5 Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.

NOTA 5 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	Vencimento			Total
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Depósitos Interfinanceiros (1)	60.251	54.299	36.605	151.155
Empresas Ligadas (Banestes S/A)	10.009	-	-	10.009
Empresas Não Ligadas	50.242	54.299	36.605	141.146
Aplicações no Mercado Aberto (2)	285.969	-	-	285.969
Total em 12/2023	346.220	54.299	36.605	437.124
Total em 12/2022	309.356	83.802	12.324	405.482

(1) Títulos custodiados na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP).

(2) Títulos custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

NOTA 6 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
a) Resumo da Carteira por Categorias

	12.2023		12.2022	
	Custo Amortizado/Contábil	Ajuste MtM em Patrimônio Líquido	Saldo Contábil	Saldo Contábil
Títulos Disponíveis para Venda	173.307	(6.953)	166.354	141.948
Títulos Públicos	117.831	(9.248)	108.583	131.866
Títulos Privados	55.476	2.295	57.771	10.082
Títulos Mantidos até o Vencimento	461.531	-	461.531	359.320
Títulos Públicos	44.145	-	44.145	43.469
Títulos Privados	417.386	-	417.386	315.851
Total	634.838	(6.953)	627.885	501.268

Títulos públicos federais: Letras Financeiras do Tesouro - LFT; Notas do Tesouro Nacional - NTN e Letras do Tesouro Nacional LTN - custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). O valor de mercado dos títulos NTN e LTN são obtidos a partir dos preços de mercado secundário, divulgados pela ANBIMA.

Títulos privados: Letras Financeiras - LF; Fundo Garantidor de Investimentos - FGI e CRIATEC 3 - FIP.

MtM - Market-to-Market (marcação a mercado).

b) Títulos Mantidos até o Vencimento

TVM	01 a 90 dias	91 a 360 dias	> 360 dias	12.2023		12.2022	
				Custo Amortizado/Contábil	Saldo Contábil	Custo Amortizado/Contábil	Saldo Contábil
LFT	-	-	-	-	-	-	-
NTN	-	-	44.145	44.145	44.145	-	43.469
LF	30.730	83.005	285.260	398.995	398.995	-	295.833
DEBÊNTURES	-	1.747	16.644	18.391	18.391	-	20.018
Total	30.730	84.752	346.049	461.531	461.531	-	359.320

c) Títulos Disponíveis para Venda

TVM	12.2023			12.2022					
	01 a 180 dias	181 a 360 dias	>360 dias	Custo Amortizado/Contábil	Ajuste MtM em Patrimônio Líquido	Valor de Mercado	Custo Amortizado/Contábil	Ajuste MtM em Patrimônio Líquido	Valor de Mercado
LFT	27.066	-	-	27.054	12	27.066	6.274	(7)	6.267
LTN	10.816	-	-	10.786	30	10.816	9.197	(419)	8.778
NTN	70.701	-	-	79.991	(9.290)	70.701	86.362	(13.335)	73.027
DEBÊNTURES	29.498	-	-	29.363	135	29.498	-	-	-
LF (1)	16.845	-	-	16.825	20	16.845	43.767	27	43.794
CRIATEC 3 FIP	11.282	-	-	9.187	2.095	11.282	8.684	1.266	9.950
FGI	146	-	-	100	46	146	100	32	132
Total	166.354	-	-	173.306	(6.952)	166.354	154.384	(12.436)	141.948

d) Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários

Reclassificação de títulos e valores mobiliários, R\$ 0,00 (R\$ 42.435 em 31 de dezembro de 2022).

e) Conciliação dos Valores Classificados na Categoria DPV

Ganhos e perdas realizados / não realizados em Títulos e Valores Mobiliários - Categoria DPV	
(=) Ajustes de Avaliação Patrimonial em 12/2022	(6.715)
(+) Ganhos não realizados nos demais títulos da categoria DPV.	7.140
(+) Perdas não realizadas nos demais títulos da categoria DPV.	(2.151)
(+) Ganhos realizados e transferidos para resultado.	197
(-) Perdas realizadas e transferidas para resultado.	(94)
(=) Ajustes antes dos efeitos tributários	(1.623)
(+) Efeitos tributários.	(2.416)
(=) Ajustes de Avaliação Patrimonial em 06/2023	(4.039)
(+) Ganhos/perdas não realizados em reclassificações da categoria MAV para DPV	-
(+) Ganhos não realizados nos demais títulos da categoria DPV	3.831
(+) Perdas não realizadas nos demais títulos da categoria DPV	(3.684)
(+) Ganhos realizados e transferidos para resultado	274
(-) Perdas realizadas e transferidas para resultado	(32)
(=) Ajustes antes dos efeitos tributários	(3.650)
(+) Efeitos tributários	(175)
(=) Ajustes de Avaliação Patrimonial em 12/2023	(3.825)

NOTA 7 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

Parcela substancial das operações é originária de repasses de instituições oficiais de crédito, com remuneração básica, na maioria dos casos, constituída por índices pré-fixados, acrescida do percentual da taxa de juros específica da operação.

a) Carteira de crédito por tipo de operação

	12.2023		12.2022	
	Saldo	%	Saldo	%
Empréstimos	70.700	15	78.327	17
Financiamentos (inclusive agroindustriais)	254.569	53	154.815	33
Financiamentos rurais	122.046	25	195.285	42
Financiamentos infraestrutura e desenvolvimento	18.421	4	24.495	5
Subtotal	465.736	97	452.922	97
Devedores por compra de valores e bens	14.042	3	15.773	3
Total das operações de créditos	479.778	100	468.695	100
Circulante	147.113	31	176.073	38
Não Circulante	332.665	69	292.622	62

b) Carteira de crédito por concentração dos principais devedores

	12.2023		12.2022	
		%		%
10 maiores devedores	122.078	25	93.258	20
50 seguintes maiores devedores	160.734	34	133.031	26
100 seguintes maiores devedores	62.507	13	51.250	9
Demais devedores	134.459	28	191.156	45
Total das operações de crédito	479.778	100	468.695	100
Circulante	147.113	31	176.073	38
Não Circulante	332.665	69	292.622	62

c) Carteira de crédito por vencimento das operações

	12.2023		12.2022	
		%		%
Parcelas vencidas a partir de 15 dias a vencer	8.827	2	13.382	3
Até 3 meses	78.962	17	87.277	19
De 3 meses a 12 meses	112.189	23	126.712	27
Acima de 12 meses	279.800	58	241.324	51
Total das operações de crédito	479.778	100	468.695	100
Circulante	147.113	31	176.073	38
Não Circulante	332.665	69	292.622	62

e) Composição da carteira de crédito e da provisão por níveis de risco

Níveis Risco	% mínimo provisão	12.2023			12.2022		
		Curso normal	Anormal*	Total Geral	Provisão	Total Geral	Provisão
AA	-	51.854	-	51.854	-	39.333	-
A	0,5	226.480	-	226.480	(1.132)	173.265	(866)
B	1	109.818	2.937	112.755	(1.128)	113.602	(1.136)
C	3	14.285	3.458	17.743	(532)	28.990	(870)
D	10	1.770	612	2.382	(238)	7.449	(744)
E	30	1.491	533	2.024	(607)	1.530	(459)
F	50	11.648	1.406	13.054	(6.527)	26.934	(13.467)
G	70	3.282	345	3.627	(2.540)	5.864	(4.105)
H	100	36.559	13.300	49.859	(49.859)	71.728	(71.729)
Total		457.187	22.591	479.778	(62.563)	468.695	(93.376)
Circulante				147.113	(28.618)	176.073	(35.562)
Não Circulante				332.665	(33.945)	292.622	(57.814)

*Inclui parcelas de contratos vencidas e vincendas, com atraso superior a 15 dias.

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	12.2023	12.2022
Saldos iniciais	(93.376)	(104.300)
Constituições Líquidas	2.467	(18.120)
Constituições	(13.115)	(24.622)
Reversões	15.582	6.502
Transferências para prejuízo	28.346	29.044
Saldos finais	(62.563)	(93.376)
Circulante	(28.618)	(35.562)
Não Circulante	(33.945)	(57.814)

g) Créditos renegociados, lançados a prejuízo e recuperados

	12.2023	12.2022
Renegociados	20.867	52.788
Lançados a prejuízo	28.346	29.044
Recuperados	40.227	59.367

NOTA 8 - OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	12.2023	12.2022
Rendas a receber (8.1)	3.332	1.616
Ativo fiscal diferido (8.2)	4.093	6.317
Devedores por depósitos em garantia	5.774	4.210
Impostos e contribuições a compensar (8.3)	1.685	130
Adiantamentos salariais / Outros (8.4)	598	338
Total	15.482	12.611
Circulante	11.210	3.063
Não Circulante	4.272	9.548

8.1) Juros e encargos de mora devidos pelo FUNDAP conforme previsto na Lei Estadual nº 2.508/1970 R\$ 33 (R\$ 37 em 31 de dezembro de 2022); Rendas a receber de contratos das linhas BNDES/PRONAF - Equalização de juros R\$ 263 (R\$ 233 em 31 de dezembro de 2022); Rendas a receber RENOVA R\$ 180 (R\$ 94 em 31 de dezembro de 2022); Rendas a receber Del Credere BNB R\$ 2 (R\$ 2 em 31 de dezembro de 2022); Rendas a receber FUNSAF R\$ 157 (R\$ 77 em 31 de dezembro de 2022); Rendas a Receber Comissão Leilão FUNDAP R\$ 0 (R\$ 263 em 31 de dezembro de 2022); Rendas a receber FUNDÁGUA PSA R\$ 106 (R\$ 169 em 31 de dezembro de 2022); Rendas a receber FUNCITEC R\$ 147 (R\$ 367 em 31 de dezembro de 2022); Rendas a receber FUNDO DE AVAL BANDES R\$ 117 (R\$ 166 em 31 de dezembro de 2022); Rendas a receber Funeses - Fundo Soberano R\$ 203 (R\$ 208 em 31 de dezembro de 2022); Rendas a receber FORTEC - R\$ 2.124 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022).

8.2) Ativo fiscal diferido de IR R\$ 2.274 (R\$ 3.433 em 31 de dezembro de 2022) e CSLL R\$ 1.819 (R\$ 2.884 em 31 de dezembro de 2022) s/ variações no valor de mercado de títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda.

8.3) Saldo residual a compensar decorrente de ação judicial impetrada em 2001 referente ao tributo FINSOCIAL transitada em julgado e com pedido de habilitação do crédito deferido pela RFB R\$ 1.441 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022).

8.4) Adiantamento de participação nos lucros R\$ 321 (R\$ 324 em 31 de dezembro de 2022); Adiantamento para pagamento nossa conta R\$ 45 (R\$ 14 em 31 de dezembro de 2022); Adiantamento de férias R\$ 232 (0 em 31 de dezembro de 2022).

d) Carteira de crédito por setor de atividade

	12.2023		12.2022	
		%		%
Setor Privado	461.357	96	444.200	94
Pessoa Jurídica	372.578	77	295.337	58
Rural	39.539	8	50.247	11
Indústria	118.757	25	87.077	16
Comércio	66.164	14	60.663	13
Outros serviços	148.118	30	97.350	18
Pessoa Física	88.779	19	148.863	36
Rural	88.779	19	148.863	36
Setor Público	18.421	4	24.495	6
Administração direta municipal	18.421	4	24.495	6
Total das operações de crédito	479.778	100	468.695	100
Circulante	147.113	31	176.073	38
Não Circulante	332.665	69	292.622	62

NOTA 9 - OUTROS CRÉDITOS

	12.2023	12.2022
Outros valores e bens (9.1)	15.335	18.926
Despesas antecipadas (9.2)	1.297	815
Pagamentos a ressarcir (9.3)	516	2.838
Total	17.148	22.579
Circulante	7.941	7.285
Não Circulante	9.207	15.294

9.1. Outros valores e bens (Ativos não financeiros mantidos para venda)

Compostos, basicamente, por imóveis disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento, contabilizados pelo custo de aquisição, com base em laudo de avaliação, e deduzido de provisão para perdas prováveis na realização do seu valor, de acordo com as normas vigentes.

Bens não de uso próprio (ANFMV)	12.2023	12.2022
Imóveis	19.747	23.827
Outros bens recebidos	7	7
Subtotal	19.754	23.834
Provisão para desvalorização	(4.419)	(4.908)
Total	15.335	18.926
Circulante	7.671	3.783
Não Circulante	7.664	15.143

9.2. Despesas antecipadas

Constituídas por dispêndios com pagamentos antecipados com assinaturas de jornais e revistas, impostos (IPTU), seguros, licenças de softwares; e contribuições patronais ao plano de previdência suplementar devolvida pela entidade de previdência, devido à perda de direito ao benefício pelo empregado, por descumprimento das condições do plano previdenciário ou saque voluntário, cujos valores são utilizados na quitação de contribuições patronais futuras R\$ 1.297 (R\$ 815 em 31 de dezembro de 2022).

9.3. Pagamentos a ressarcir

Compostos, principalmente, por saldos de transferências bancárias devolvidas de liberações FUNDAP, e valores pendentes de reclassificação de bloqueios judiciais em contas bancárias efetuados pelo sistema Bacenjud, R\$ 516 (R\$ 2.838 em 31 de dezembro de 2022).

NOTA 10 - INVESTIMENTOS

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, retificados por provisões para perdas, efetuadas de acordo com as normas vigentes.

	12.2023	12.2022
Investimento por incentivos fiscais (10.1)	2	69
Títulos patrimoniais	-	1
Bens artísticos	5	5
Provisão para Perdas	(2)	(30)
Total	5	45

10.1 Certificados de Investimento - FINOR R\$ 2 (R\$ 39 em 31 de dezembro de 2022); Certificados de Investimento - AUDIOVISUAL R\$ 0 (R\$ 30 em 31 de dezembro de 2022).

NOTA 11 - IMOBILIZADO DE USO

	Custo	Depreciação	Líquido	
			12.2023	12.2022
Terrenos	185	-	185	185
Edificações	3.811	(3.788)	23	53
Instalações	13	-	13	-
Móveis e máquinas	2.788	(2.608)	180	192
Aparelhagens e sistema de comunicação	518	(368)	150	145
Equipamentos de informática	11.000	(7.258)	3.742	998
Sistema de segurança	191	(187)	4	5
Total	18.506	(14.209)	4.297	1.578

NOTA 12 - INTANGÍVEL

	Custo	Amortização	Líquido	
			12.2023	12.2022
Aquisição de Software	6.174	(5.346)	828	1.140
Modernização SISBANDES	51.229	(41.042)	10.187	8.537
BI - Consultas	47	(47)	-	-
Sistema de Ponto Eletrônico	11	(11)	-	-
Sistema de Crédito Eletrônico	497	(497)	-	-
Site BANDES	2.498	(993)	1.505	1.238
Aplicativo para Celulares	65	(19)	46	34
Total	60.521	(47.955)	12.566	10.949

NOTA 13 - DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES

	12.2023	12.2022
(-) Depreciação Acumulada do Ativo Imobilizado	(14.209)	(13.706)
(-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis	(47.955)	(46.654)
Total	(62.164)	(60.360)

NOTA 14 - DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS PASSIVOS
14.1. Instituições financeiras

O subgrupo Instituições Financeiras agrupa as "obrigações por empréstimos e repasses", que correspondem substancialmente às captações com órgãos governamentais e fundos administrados pelo Banco, para financiamentos a clientes locais, atualizados monetariamente, quando aplicável, de acordo com as disposições legais e contratuais, conforme a seguir:

Posições	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Até 12 meses		Acima de 12 meses	Total
			Circulante	Não Circulante		
Repasses do país						
BNDES	16.154	29.487	45.641	72.763		118.404
FINAME	9	-	9	8		17
FINEP	559	2.002	2.561	45.757		48.318
Outras Inst. Oficiais	8.262	24.962	33.224	99.781		133.005
12.2023	24.984	56.451	81.435	218.309		299.744
12.2022	43.467	61.720	105.187	158.668		263.855
Empréstimos e repasses do exterior						
BID (1)	12.374	12.375	24.749	98.994		123.743
12.2023	12.374	12.375	24.749	98.994		123.743
12.2022	-	-	-	86.580		86.580
Totais 12.2023	37.258	68.826	106.184	317.303		423.487
Totais 12.2022	43.467	61.720	105.187	245.248		350.435

(1) Empréstimo tomado no Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no total de US\$ 30 milhões de Dólares do EUA, liberado em tranches. A primeira tranche de US\$ 15 milhões foi liberada em 19/01/2022 e convertida na mesma data em Reais, pela cotação da taxa PTAX de R\$ 5,4972. A segunda tranche de US\$ 7,5 milhões foi liberada em 14/07/2023 e convertida em Reais pela cotação da taxa da PTAX de R\$ 4,8775, da data da liberação.

Tranche	Liberação US\$	Data liberação	Amortização 40 parcelas		Taxa de Juros	Posição inicial R\$	Posição 12/2023 R\$
			Inicial	Final			
1ª	15.000.00	19/01/2022	15/04/2027	15/10/2046	CDI + 1,42%	83.985	86.211
2ª	7.500.00	14/07/2023	15/04/2027	15/10/2046	CDI + 1,16%	36.581	37.532

Os recursos estão destinados ao financiamento e execução do Programa Global de Crédito para a Defesa do Setor Produtivo e o Emprego no Estado do Espírito Santo.

14.2. Outros clientes

Correspondem às obrigações com depósitos à vista e a prazo, estes últimos representados por certificados de depósito bancário subscritos pelo Governo do Estado e por empresas fundapeanas, para alocação de cauções de operações liberadas com recursos FUNDAP; e captações no mercado por meio do instrumento depósito a prazo com garantia especial do Fundo Garantidor de Crédito.

Depósitos	12.2023	12.2022
À vista	25.105	25.964
A prazo	146.092	168.805
Governo do Estado	107.833	95.387
Clientes FUNDAP	38.259	38.069
Clientes Diversos	-	162
DPGE	-	35.187
Total	171.197	194.769
Circulante	63.364	99.219
Não Circulante	107.833	95.550

14.3. Outros instrumentos financeiros passivos

	12.2023	12.2022
Fundos financeiros e de desenvolvimento (1)	414.134	350.240
Dotação para aumento de capital (2)	3	3
Total	414.137	350.243
Circulante	103.464	104.020
Não Circulante	310.673	246.223

1) Fundos financeiros e de desenvolvimento

Os "Fundos financeiros e de desenvolvimento", administrados ou operados pelo BANDES apresentam em contas patrimoniais os totais R\$ 414.134 (R\$ 350.240 em 31 de dezembro de 2022).

	12.2023	12.2022
FUNDAP	1.020	1.679
FUNDES	44.775	73.578
FUNCITEC	174.290	109.369
FUNDÁGUA	202	158
FUNDEPAR-ES	29.248	36.153
FUNSAF	1.092	8.384
PSA FUNDAGUA - LEI 10.583/16	8.030	3.644
FUNDO RENOVA	3.292	2.510
FUNDESUL - PK	45.742	50.535
FUNDO RECONSTRUÇÃO-ES	-	11.456
FUNDO DE PROTEÇÃO AO EMPREGO	-	52.774
FORTEC	106.443	-
Total	414.134	350.240
Circulante	103.460	104.016
Não Circulante	310.674	246.224

2) Dotação para aumento de capital

Saldo residual de titularidade do Estado do Espírito Santo R\$ 3 (R\$ 3 em 31 de dezembro de 2022), remanescentes de recursos integralizados no aumento de capital social realizado no primeiro semestre de 2020, e disponíveis para futuras integralizações.

NOTA 15 - PROVISÕES

Correspondem às demandas judiciais e administrativas de naturezas cíveis, trabalhistas e fiscais decorrentes do curso normal das operações. Os processos judiciais são acompanhados por escritórios terceirizados.

Contingências	12.2023	12.2022
Ações administrativas e judiciais (15.1)	34.931	20.322
Provisão para multas por inadimplência técnica (15.2)	-	1.055
Total	34.931	21.377
Circulante	10.480	5.120
Não Circulante	24.451	16.257

15.1. Provisões para processos cíveis, trabalhistas e fiscais

Provisões constituídas com fundamento em informações de consultores jurídicos, na análise de demandas judiciais e, quanto às ações trabalhistas, na experiência passada em relação às quantias reivindicadas. A administração considera os montantes provisionados suficientes para a cobertura das perdas estimadas com as ações em curso.

Risco Provável - constituídas com base no valor atualizado da causa.

Ações com Risco Provável	12.2023	12.2022
Cíveis	28.799	14.864
Trabalhistas	6.132	5.458
Total	34.931	20.322
Circulante	10.480	4.065
Não Circulante	24.451	16.257

Risco Possível e Remoto - não é contabilizada provisão, apenas são mencionados os respectivos montantes em notas explicativas.

Ações com Risco Possível e Remoto	12.2023	12.2022
Cíveis	25.884	25.925
Trabalhistas	370	7.300
Total	26.254	33.225

Composição e movimentação das provisões das ações com risco provável:

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2022	14.864	5.458	20.322
Atualização Monetária / Constituições	12.658	344	13.002
Reversões / Pagamentos (753)	(753)	-	(753)
Saldo em 30/06/2023	26.769	5.802	32.571
Atualização Monetária / Constituições	2.085	360	2.445
Reversões / Pagamentos (55)	(55)	(30)	(85)
Saldo em 31/12/2023	28.799	6.132	34.931
Circulante	8.640	1.840	10.480
Não Circulante	20.159	4.292	24.451

15.2. Provisão para multas por inadimplência técnica

Provisão constituída devido à decretação de inadimplência técnica a clientes em situação irregular na aplicação de recursos contratados junto a órgãos repassadores. O banco efetua o pagamento das multas aos repassadores de recursos, e adota medidas cabíveis para ressarcimento junto aos clientes que incorreram em inadimplência técnica R\$ 0 (R\$ 1.055 em 31 de dezembro de 2022).

NOTA 16 - OUTROS PASSIVOS

	12.2023	12.2022
Fiscais e previdenciárias (16.1)	10.242	7.079
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	15	66
Provisão para pagamentos a efetuar	9.901	9.159
Credores diversos (16.2)	13.011	14.280
Sociais e estatutárias	26.993	-
Total	60.162	30.584
Circulante	53.631	23.180
Não Circulante	6.531	7.404

16.1. Fiscais e previdenciárias

	12.2023	12.2022
Impostos e contribuições sobre o lucro/faturamento a pagar (1)	6.710	4.607
Impostos sobre serviço (ISS) a pagar	129	131
Impostos e contribuições s/ salários	1.800	1.627
Impostos e contribuições retidos na fonte de terceiros	640	117
Passivo fiscal diferido (2)	963	597
Total	10.242	7.079
Circulante	9.279	6.482
Não Circulante	963	597

- (1) IR R\$ 2.748 (R\$ 2.000 em 31 de dezembro de 2022), CSLL R\$ 3.449 (R\$ 2.064 em 31 de dezembro de 2022), PIS/PASEP R\$ 72 (R\$ 76 em 31 de dezembro de 2022), COFINS R\$ 441 (R\$ 467 em 31 de dezembro de 2022);
- (2) IR R\$ 535 (R\$ 324 em 31 de dezembro de 2022) e CSLL R\$ 428 (R\$ 273 em 31 de dezembro de 2022) referente ao efeito tributário sobre o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários conforme Circular BACEN nº 3.068/01.

16.2. Credores diversos

Credores Diversos R\$ 13.011 (R\$ 14.280 em 31 de dezembro de 2022). Na composição do grupo, destacam-se os passivos: Deduções de Liberações FUNDAP, para futura destinação do Comitê Decisório, conforme Lei Estadual nº 9.937, de 22/11/2012, e Decreto nº 3194-R, de 28 de dezembro de 2012 R\$ 3.120 (R\$ 2.428 em 31 de dezembro de 2022); Repasses FUNGETUR R\$ 4.510 (R\$ 6.950 em 31 de dezembro de 2022).

NOTA 17 - PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
17.1. Demonstração do cálculo do imposto de renda e contribuição social

	12.2023	12.2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	90.330	76.694
Adições/exclusões líquidas:		
Provisões para contingências	13.916	(8.155)
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	(8.876)	(11.932)
Perdas efetivas de créditos	(13.054)	(48.050)
Outras provisões	(869)	(637)
Juros sobre o capital próprio	(27.500)	-
Despesas não dedutíveis	426	227
Outros (1)	(7.487)	-
Compensação de base de cálculo negativa	(14.009)	(6.310)
Compensação de prejuízo fiscal	(14.066)	(6.310)
Incentivos fiscais	(357)	(56)
Imposto de Renda	7.824	3.600
Contribuição Social	6.537	3.092
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social*	14.361	6.692

*Alíquotas vigentes: imposto de renda 15% mais adicional de 10%; e contribuição social 20% (21% em 2022)

(1) Refere-se ao efeito do Incentivo Fiscal de Inovação Tecnológica previsto na Lei n. 11.196/05 e do reconhecimento de IRPJ e CSLL a recuperar sobre atualização monetária pela taxa SELIC de débitos tributários (Tema 962 do STF).

17.2. Créditos tributários não reconhecidos

Os ativos fiscais diferidos são constituídos conforme alíquotas aplicáveis no período previsto de sua realização baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico elaborado de acordo com a Resolução CMN nº 4.842/2020.

O ativo fiscal diferido de diferenças temporárias, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social não foi reconhecido em razão do banco não ter apresentado histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social comprovados em pelo menos três dos últimos cinco exercícios sociais, conforme critério exigido pela Resolução CMN nº 4.842/2020.

	12.2023	12.2022
Prejuízo fiscal/ Base de cálculo negativa	8.270	14.912
Diferenças temporárias	63.275	68.768
Ativo fiscal diferido não ativado	71.545	83.680

NOTA 18 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO
18.1. Capital social

O capital social autorizado é de R\$ 750 milhões para emissão de ações ordinárias ou preferenciais das classes "A" e "B", todas nominativas e sem valor nominal. O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 439.371 (R\$ 439.371 em 31 de dezembro de 2022), e está representado em quantidade de ações, conforme composição abaixo, que se manteve inalterada em relação à data-base 31/12/2022:

	12.2023
Ações Ordinárias	19.883.589.975
- Estado do Espírito Santo	19.644.952.823
- Acionistas Minoritários	238.637.152
Ações Preferenciais	9.836.733.806
Classe "A"	3.113.456.237
- Estado do Espírito Santo	2.454.690.627
- Demais Acionistas	658.765.610
Classe "B"	6.723.277.569
- Estado do Espírito Santo	3.147.336.103
- Demais Acionistas	3.575.941.466
Total de ações emitidas	29.720.323.781
Em tesouraria (ordinárias)	(172.039.828)
Em tesouraria (preferencial - classe "A")	(629.496.910)
Total de ações em circulação	28.918.787.043

As ações preferenciais têm prioridade no reembolso do capital, em caso de liquidação da instituição, tendo as da classe "A" direito aos dividendos de, no mínimo, 6% (seis por cento) sobre o capital, nunca inferior à maior taxa de dividendos paga a qualquer outra espécie; enquanto as da classe "B" têm direito a dividendos nunca inferiores à taxa atribuída às ações ordinárias.

O valor patrimonial unitário por ação em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 0,01505.

18.2. Destinação do resultado do exercício

Conforme disposição estatutária, a distribuição do resultado referente ao exercício social de 2023 foi computado conforme segue:

	12.2023
Resultado do exercício	75.969
Lucro/prejuízo acumulado	(34.720)
(-) Reserva legal (5%)	(2.062)
Lucro líquido ajustado	39.187
Destinações	
(-) Dividendos / JCP	(27.500)
Reserva para margem operacional	(11.687)

18.3. Reserva legal

É constituída obrigatoriamente, conforme Inciso I, artigo 67, do Estatuto Social, à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensação de prejuízos. O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 2.062 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022).

18.4. Reserva de lucros - Reserva para margem operacional

De acordo com o inciso III do artigo 67 do Estatuto Social, a reserva para margem operacional tem a finalidade de reforçar o capital social e de giro do Banco, com o objetivo de assegurar adequadas condições operacionais, até o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social. É constituída por até 100% (cem por cento) do lucro líquido remanescente após a destinação da reserva legal e dividendos. O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 11.687 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022).

18.5. Outros resultados abrangentes / ajustes de avaliação patrimonial

Compreendem os ganhos e perdas não realizados apurados na precificação a mercado de títulos e valores mobiliários classificados na categoria "Disponíveis para Venda", conforme conciliação demonstrada na nota 6.e.

18.6. Dividendos / Juros sobre o capital próprio

De acordo com o inciso II, do artigo 67, do Estatuto Social, aos acionistas estão assegurados dividendos de, no mínimo, 25% sobre o lucro líquido ajustado do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A política de remuneração do capital do BANDES visa distribuir aos acionistas juros sobre o capital próprio - JCP, computados líquidos de imposto de renda na fonte, e calculados em conformidade com a legislação vigente, imputados ao pagamento do dividendo. Nos termos do Art. 68 do Estatuto Social, e em conformidade com o previsto nas Leis nºs. 9.249/95 e 9.430/96, a Diretoria Executiva mediante decisão do Conselho de Administração em 28 de dezembro 2023, *ad referendum* a aprovação na AGO das contas de 2023, deliberou a utilização da modalidade de pagamento de juros sobre o capital próprio imputados ao valor dos dividendos até o limite permitido para dedução fiscal de R\$ 27.500 mil (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022).

O pagamento será realizado no prazo de até 60 (sessenta) dias após a realização da Assembleia Geral que apreciar as contas da Administração, conforme §2º do artigo 68 do Estatuto Social, e terá como base a posição acionária em 31 de dezembro de 2023.

18.7. Lucros ou prejuízos acumulados

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, o lucro líquido apurado R\$ 75.969 (R\$ 70.002 em 31 de dezembro de 2022) contribuiu para a integral absorção do saldo residual de prejuízos acumulados R\$ 0 (R\$ 34.720 em 31 de dezembro de 2022).

18.8. Ações em tesouraria

O montante de R\$ 14.077 é proveniente de transação de permuta de instrumentos patrimoniais com o ex-acionista Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo - FUNDES, e corresponde a 801.536.738 ações nominativas, compostas de 172.039.828 (ordinárias) e 629.496.910 (preferenciais).

NOTA 19 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS
19.1. Plano de previdência complementar

Visa assegurar ao corpo funcional, renda complementar às aposentadorias da previdência social. O plano de benefício possui as seguintes características: tipo contribuição definida; modalidade plano gerador de benefícios livres (PGBL); custeio paritário entre participante e patrocinador; e investimento dos recursos no fundo de renda fixa, Bradesco Renda Fixa F10. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foram apropriadas em despesas com plano de previdência R\$ 1.757 (R\$ 1.762 em 31 de dezembro de 2022).

19.2. Programa de desligamento voluntário especial (PDVE)

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foi lançado programa de desligamento voluntário especial (PDVE), que ofereceu benefícios de indenização adicional equivalente a cinco remunerações, plano de saúde e odontológico por 36 meses, cesta-alimentação e auxílio-refeição por 36 meses, custeio de cursos de requalificação profissional, pagamento da multa de 40% sobre correção de planos econômicos (FGTS). Ao final do prazo de adesão, 31 de dezembro de 2023, foi registrada provisão contábil para as obrigações incorridas com o programa no total de R\$ 547 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022).

NOTA 20 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A política de Partes Relacionadas do banco inclui além do Estado do Espírito Santo, as pessoas físicas e/ou jurídicas que: sejam controladas, direta ou indiretamente, ou coligadas do BANDES, nos termos postos pela legislação aplicável; sejam controladas, direta ou indiretamente, pelo Estado do Espírito Santo; em que o Estado do Espírito Santo possua influência significativa ou representante na administração; seja administrador do BANDES. Atualmente, compõem o conjunto de Partes Relacionadas, juntamente, com o pessoal-chave da administração, as seguintes entidades:

- Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias - FUNDAP.
- Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo - FUNDES/ES.
- Fundo Estadual de Recursos Hídricos e Florestais - FUNDÁGUA.
- Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo - FUNDEPAR-ES.
- Fundo Social de Apoio à Agricultura Familiar do Estado do Espírito Santo - FUNSAF.
- Programa de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA FUNDÁGUA - LEI 10.583/2016.
- Fundo Garantidor de Parcerias Público - Privadas - FGP-ES.
- Fundo de Aval BANDES.
- FUNSES - Fundo Soberano.
- BANESTES S/A - Banco do Estado do Espírito Santo.
- Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo - PRODEST.
- Junta Comercial do Estado do Espírito Santo (JUCEES).
- Fundo de Fortalecimento da Economia Capixaba - FORTEC.

As transações com Partes Relacionadas primam pelo estrito acordo com as normas aplicáveis ao fluxo de operações do BANDES; são celebradas por escrito com as especificações de suas principais características e condições; observam as mesmas normas e limites aplicáveis a operações similares, e são balizadas por parâmetros e condições usualmente praticadas e/ou normas legais aplicáveis.

Nas notas que seguem são divulgadas as transações realizadas e/ou existentes no período, o tipo de relação, saldos e outros detalhes que permitirão aferir a comutatividade das operações.

20.1. Administração de fundos financeiros e de desenvolvimento

O montante dos recursos dos fundos financeiros e de desenvolvimento administrados, que integram o conjunto de Partes Relacionadas, controlado em contas de compensação, está representando no quadro abaixo:

Fundos	Recursos Administrados	
	12.2023	12.2022
FUNDES	178.258	168.686
FUNDAP	64.536	85.884
FUNDEPAR-ES	171.870	150.911
FGP-ES	25.909	23.265
FUNSAF	1.840	8.757
FUNDO DE AVAL BANDES	23.301	21.919
FUNDO DE PROTEÇÃO AO EMPREGO - FPE (1)	-	194.788
FUNDO RECONSTRUÇÃO - ES (2)	-	16.979
FUNDO DE FORTALECIMENTO DA ECONOMICA CAPIXABA - FORTEC	230.803	-
TOTAL	696.517	671.189

(1) O Fundo de Proteção ao Emprego - FPE teve a denominação alterada para Fundo de Fortalecimento da Economia Capixaba - FORTEC, por meio da Lei nº 11.784, de 26/07/2023.

(2) O Fundo Reconstrução - ES foi extinto pela Lei nº 11.784, de 26/07/2023 e seus recursos foram incorporados ao Fundo de Fortalecimento da Economia Capixaba - FORTEC.

20.2. Operações de fundos financeiros e de desenvolvimento

Conforme estabelecido nas normas instituidoras e regulamentares dos fundos financeiros e de desenvolvimento, seguem abaixo, as receitas auferidas relacionadas à prestação de serviços de operação de fundos financeiros e desenvolvimento, integrantes do conjunto de Partes Relacionadas, e as despesas incorridas com a remuneração dos recursos não alocados, que constituem as disponibilidades dos Fundos.

Fundos	Rendas de Administração		
	2º Sem 2023	12.2023	12.2022
FUNDES (1)	1.863	3.656	3.434
FUNDO RECONSTRUÇÃO-ES (2)	-	-	977
FUNDEPAR-ES (3)	1.642	3.234	3.133
PSA FUNDÁGUA (4)	426	864	1.401
FUNSAF (5)	13	80	54
FUNDO DE AVAL BANDES (6)	348	684	655
FGP - ES (7)	76	76	144
FUNCITEC (8)	427	800	698
FUNDO DE PROT. EMPREGO - FPE (9)	-	-	4.962
FUNSES - FUNDO SOBERANO (10)	1.250	2.500	1.792
FUNDO DE FORT. DA ECONOMIA CAPIXABA - FORTEC (11)	3.376	6.861	-
TOTAL	9.421	18.755	17.250

Rendas de Administração

- 2,1% ao ano calculado mensalmente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo do mês anterior;
- 0,5% calculado mensalmente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo do mês anterior;
- 2,1% ao ano, calculado mensalmente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo do mês anterior;
- 10% sobre as liberações efetuadas até 12/09/2021 e 15% a partir de 13/09/2021;
- 1% sobre as liberações efetuadas;
- 0,25% ao mês sobre totalidade dos ativos;
- Diferença entre a remuneração efetiva e a taxa Selic sobre o total de recursos aplicados;
- 0,5% sobre liberações de recursos financeiros efetuadas, a partir de 20/01/2021;
- 0,25% ao mês, apurada sobre o Patrimônio Líquido do Fundo do mês anterior;
- 1% ao ano calculado mensalmente sobre o capital subscrito.
- 0,25% ao mês, apurada sobre o Patrimônio Líquido do Fundo do mês anterior;

O Fundo Reconstrução - ES foi extinto pela Lei nº 11.784, de 26/07/2023 e seus recursos foram incorporados ao Fundo de Fortalecimento da Economia Capixaba - FORTEC.

O Fundo de Proteção ao Emprego - FPE teve a denominação alterada para Fundo de Fortalecimento da Economia Capixaba - FORTEC, por meio da Lei nº 11.784, de 26/07/2023.

Fundos	Despesas sobre Disponibilidades de Recursos		
	2º Sem 2023	12.2023	12.2022
FUNDES (1)	(1.907)	(4.868)	(6.082)
FUNDO RECONSTRUÇÃO-ES (2)	-	-	(788)
FUNDEPAR-ES (3)	(1.025)	(2.434)	(2.287)
FUNDAGUA (4)	(11)	(22)	(15)
PSA FUNDÁGUA (5)	(94)	(188)	(367)
FUNSAF (6)	(90)	(376)	(256)
FUNDO DE PROT. EMPREGO - FPE (7)	-	-	(3.020)
FUNCITEC (8)	(9.036)	(15.682)	(13.595)
FUNDO DE FORT. DA ECON. CAPIXABA - FORTEC (9)	(3.766)	(6.736)	-
FUNDO SOBERANO DO ES - FUNSES (10)	(25)	(25)	-
TOTAL	(15.954)	(30.331)	(26.410)

Despesas Sobre Disponibilidades de Recursos

- Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança;
- Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança;
- Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança;
- 100% do rendimento diário do CDI;
- Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança;
- Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança;
- Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança;
- 100% do rendimento diário do CDI;
- Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.
- 100% do rendimento diário do CDI;

20.3. Remuneração do pessoal-chave da administração

Anualmente, por determinação do Estatuto Social, é fixada na Assembleia Geral Ordinária a remuneração dos membros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria.

	2º Sem 2023	12.2023	12.2022
Conselho de Administração	(395)	(757)	702
Diretoria Executiva (1)	(961)	(1.710)	1.755
Conselho Fiscal	(113)	(219)	201
Comitê de Auditoria	(85)	(164)	150
TOTAL	(1.554)	(2.850)	2.808

(1) Inclui: honorários, descanso remunerado e gratificação natalina.

20.4. Outras transações com partes relacionadas
BANESTES S/A - Banco do Estado do Espírito Santo

Transações efetuadas pelas taxas praticadas no mercado, vigentes nas datas das operações.

	Ativos		Receitas e (Despesas)	
	12.2023	12.2022	12.2023	12.2022
Depósitos a vista	7.363	1.142	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	10.009	55.056	-	-
Rendas de depósitos interfinanceiros	-	-	2.771	2.477
Despesas com cadastro e cobrança	-	-	(60)	(75)
Despesas com tarifas bancárias	-	-	(9)	(36)

A parte relacionada Banestes S/A, é uma sociedade de economia mista, que possui o mesmo acionista majoritário do BANDES, o Estado do Espírito Santo. A instituição financeira executa a custódia qualificada dos ativos do banco registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC e na B3 - Segmento CETIP UTMV. No período, os pagamentos relativos ao contrato somaram R\$ 309 (R\$ 58 em 31 de dezembro de 2022).

Estado do Espírito Santo

No período, os recursos financeiros do Estado do Espírito Santo, aplicados em certificado de depósito bancário - CDB emitido pelo BANDES, totalizam R\$ 107.833 (R\$ 95.387 em 31 de dezembro de 2022). A aplicação inicial ocorreu no ano de 2020, no total de R\$ 80 milhões.

Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo - PRODEST

No período, as despesas relativas ao contrato firmado com o Instituto de Tecnologia, para prestação de serviços integrados de datacenter com virtualização de servidores, infraestrutura de banco e armazenamento de dados, monitoramento, backup e serviços de telecomunicações para acesso à internet, e interconexões de rede; somaram R\$ 82 (R\$ 69 em 31 de dezembro de 2022).

Junta Comercial do Estado do Espírito Santo (JUCEES)

A Administração aprovou, em 29 de junho de 2022, a celebração de Acordo de Cooperação Técnica com a Junta Comercial do Estado do Espírito Santo - JUCEES, que tem por objeto o acesso às informações de atos arquivados de clientes, pelo custo estimado anual de R\$ 12.000,00 (doze mil reais). Por decisão da Junta Comercial o acordo ainda não foi formalizado. Há expectativa de formalização no primeiro semestre de 2024.

Operações contratadas por pessoas ligadas ao pessoal chave da administração

Não há operações de crédito vigentes contratadas por administradores do banco.

NOTA 21 - GESTÃO DE RISCOS E DE CAPITAL

A gestão dos riscos e capital do BANDES busca assegurar o controle adequado de suas atividades de forma a obter o melhor retorno possível relativamente ao nível de risco que o banco está disposto a assumir.

A estrutura de governança do Gerenciamento de Riscos e de Capital conta com a participação de todos os níveis hierárquicos do BanDES, sendo os principais participantes o Conselho de Administração (CONAD), o Comitê de Auditoria (COAUD), a Diretoria Executiva (DIREX), o Diretor responsável pelo gerenciamento de riscos e de capital (CRO) e a Auditoria Interna (AUDIT). Em nível operacional, a Gerência de Riscos, Controles Internos e Compliance (GERCI) atua no monitoramento e estabelecimento de ações de cultura de gestão de riscos. A descrição da estrutura de gerenciamento de capital é divulgada juntamente com as informações sobre gestão de riscos no Relatório de Pilar 3, no seguinte endereço: <https://www.bandes.com.br/Site/Dinamico/Show/1780/gestao-de-riscos>.

NOTA 22 - PROGRAMA DE TESTE DE ESTRESSE

O Programa de Testes de Estresse, conforme definido pela Resolução CMN nº 4.557/2017, visa avaliar o impacto de potenciais eventos e circunstâncias adversas sobre a instituição ou em um portfólio específico, identificando possíveis vulnerabilidades. Seus resultados são documentados e utilizados na identificação, mensuração, monitoramento e controle de riscos do BANDES, sendo considerados nas revisões da Política de Appetite por Riscos, na avaliação dos níveis de capital e liquidez do Banco, e na elaboração de planos de contingência.

NOTA 23 - DECLARAÇÃO DE APETITE POR RISCOS

A Declaração de Appetite por Riscos (*Risk Appetite Statement - RAS*) consiste em uma definição formal do conjunto de limites e restrições sobre métricas quantitativas e qualitativas de risco, que expressam o apetite por risco da Instituição. A RAS descreve os níveis de apetite a que o BANDES está disposto a assumir, para os principais tipos de riscos aos quais está exposto, bem como a capacidade da instituição em gerenciá-los de forma efetiva e prudente, discorrendo sobre a estrutura de abordagem para a gestão dos mesmos, em consonância com os objetivos estratégicos, as condições de competitividade e o ambiente regulatório em que o BANDES atua.

Em 2023, a Declaração de Appetite a Riscos foi revisada em sintonia com as diretrizes estratégicas de atuação do banco para o planejamento estratégico 2024-2028.

NOTA 24 - GESTÃO DE RISCO OPERACIONAL, CONTROLES INTERNOS, CONFORMIDADE E INTEGRIDADE

O BANDES define como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional compreende desde o atendimento a requisitos regulatórios, como o cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada (RWAOPAD), até a abordagem de controles internos, conformidade e integridade, previstas nas Resoluções CMN nº 4.968/2021, nº 4.595/2017 e Circular BACEN nº 3.978/2020.

Em 2023, foram revisadas e atualizadas diversas Políticas e Normas Internas visando man-

ter o banco em conformidade legal, o atendimento à novas demandas estratégicas e decorrentes de revisões e melhorias de processos operacionais.

Foi implementado o programa de GRC (Governança, Riscos e Conformidade), um programa estruturante onde foi possível observar melhorias às atividades de gerenciamento do risco operacional e de controles internos.

Foram aperfeiçoados os procedimentos para a Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo (PLD/FT), realizados treinamentos sobre o tema bem como procedimentos para o compartilhamento de dados e informações sobre indícios ou ocorrências de fraudes, atendendo a Resolução Conjunta nº 8/2023.

NOTA 25 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE MERCADO E DO IRRBB

O BANDES define o Risco de Mercado como a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo BANDES, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de juros. O BANDES avalia a suficiência do valor de Patrimônio de Referência (PR) mantido para a cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB), sendo utilizada a metodologia do NII, que é definido como a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros. O BANDES não possui instrumentos classificados na carteira de negociação.

NOTA 26 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE CRÉDITO

O BANDES define o Risco de Crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Compreende ainda a possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante, a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito, bem como o risco de crédito da contraparte, entendido como a possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros.

NOTA 27 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como: 1) a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e 2) a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

NOTA 28 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL

No BANDES, o gerenciamento de capital, está sujeito à regulamentação do BACEN, e é definido como o processo contínuo de: monitoramento e controle do capital mantido pela instituição; avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita; e planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

A gestão de capital consiste, portanto, no conjunto de processos que visam assegurar que a instituição mantenha uma adequada base de capital, para apoiar o desenvolvimento de suas atividades e fazer face aos riscos assumidos, além de atender os requerimentos regulatórios de capital. Os instrumentos de gestão de capital do BANDES incluem a identificação e avaliação dos riscos relevantes, o monitoramento do capital, plano de capital, testes de estresse, e relatórios gerenciais sobre a adequação do capital.

NOTA 29 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICO

Com o objetivo de minimizar os riscos de natureza social, ambiental e climática, o BANDES adota como regra somente realizar negócios com organizações e pessoas que estejam regulares quanto aos aspectos ambientais. O controle do risco socioambiental se dá por ações preventivas na análise das solicitações de financiamento, através da verificação da situação de regularidade ambiental do cliente/projeto, bem como pelo estabelecimento de cláusulas contratuais de cunho socioambiental, que visam resguardar o Banco quanto a eventuais infrações cometidas pelos tomadores de recursos ou seus prepostos ou, ainda, pelos prestadores de serviços terceirizados do BANDES. O processo de análise contempla também critérios de exclusão, verificação de CNAE's e seu potencial risco ESG, avaliação da governança e capacidade de gestão, que definem situações as quais, caso identificadas, impedem o BANDES de iniciar ou manter relação comercial com o cliente, e além de diretrizes para o acompanhamento da regularidade ambiental de projetos considerados como sendo de risco socioambiental mais relevante.

A gestão de riscos de natureza social, ambiental e climática do BANDES é compatível com o porte, a natureza do negócio, a complexidade dos produtos e serviços, bem como com as atividades, processos e sistemas adotados, para assegurar o cumprimento das diretrizes e princípios da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática - PRSAC.

NOTA 30 - ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

De acordo com a Resolução CMN nº 4.557/2017 e Resolução BACEN nº 02/2020, o BANDES realiza regularmente teste de sensibilidade somente na carteira bancária, uma vez que não possui carteira de negociação. A metodologia para realizar o teste de estresse é a Análise de Sensibilidade de IRRBB, que permite avaliar o impacto decorrente de variações das taxas de juros, considerando aumento de 1%, 25% e 50% respectivamente na taxa do indexador do risco no resultado de intermediação financeira.

Para a construção dos cenários que compõem o quadro de análises de sensibilidade foram consideradas as condições existentes em 31 de dezembro de 2023. No quadro a seguir encontram-se sintetizados os resultados apurados:

Fatores de Risco	12/2023			
	Cenários			
	1 Situação Provável 1%*	2 Situação Possível 25%*	3 Situação Remota 50%*	
SELIC	15.479	19.103	22.858	
Juros Pré	12.150	15.007	17.973	
DI	(525)	(651)	(784)	
TJLP	114	141	168	
IPCA	79	98	117	
Outros	(11)	(13)	(16)	

(*) Percentual de deterioração nas variáveis de risco de mercado.

NOTA 31 - COMPOSIÇÃO DE GRUPOS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO
31.1. Receitas de prestação de serviços

Correspondem, substancialmente, às rendas de taxas de administração de fundos, análise de projetos de investimento, registro de contratos, fornecimento de atestados, certificados e declarações, entre outras.

	2º Sem 2023	12.2023	12.2022
OUTROS SERVIÇOS	988	1.826	1.613
FUNDAP	38	63	76
FUNDEPAR	1.798	3.470	3.293
FUNDES	1.872	3.678	3.517
FUNDESUL-PK	450	885	857
FUNSAF	13	81	54
FUNDO RECONSTRUÇÃO-ES	178	698	977
FUNCITEC	427	800	698
PSA FUNDÁGUA	426	865	1.401
FUNDO DE AVAL BANDES	348	684	655
FUNDO DE PROTEÇÃO AO EMPREGO - FPE	3.197	6.164	4.961
FGP - ES	76	76	144
RENOVA - SPREAD S/ OPERAÇÕES DE CRÉDITO	724	1.346	425
FUNSES - FUNDO SOBERANO	1.250	2.500	1.792
Total	11.785	23.136	20.463

31.2. Despesas de pessoal

	2º Sem 2023	12.2023	12.2022
Honorários	(1.553)	(2.850)	(2.807)
Benefícios	(4.492)	(8.239)	(7.642)
Encargos sociais	(5.417)	(10.317)	(9.353)
Proventos	(12.251)	(23.206)	(20.506)
Treinamento	(325)	(418)	(249)
Bolsa auxílio estágio	(827)	(1.579)	(1.395)
Total	(24.865)	(46.609)	(41.952)

31.3. Outras despesas administrativas

	2º Sem 2023	12.2023	12.2022
Água, energia e gás	(361)	(704)	(767)
Aluguéis	(17)	(33)	(26)
Comunicações	(69)	(126)	(115)
Manutenção e conservação de bens	(461)	(960)	(1.154)
Material	(2)	(17)	(16)
Processamento de dados	(1.266)	(3.028)	(1.805)
Promoções/relações públicas	(1.124)	(1.687)	(1.220)
Propaganda e publicidade	(21)	(21)	(336)
Publicações legais	(37)	(132)	(239)
Seguros	(6)	(11)	(9)
Serviços de vigilância	(183)	(378)	(387)
Serviços do sistema financeiro	(417)	(815)	(680)
Serviços de terceiros	(136)	(261)	(262)
Serviços técnicos especializados	(2.019)	(4.335)	(3.218)
Transportes	(160)	(313)	(220)
Viagem no país/exterior	(479)	(802)	(232)
Despesas com processos judiciais	(1.150)	(1.917)	(4.377)
Outras despesas (condomínio, assinaturas, etc.)	(179)	(326)	(301)
Amortização e depreciação	(983)	(1.803)	(1.572)
Total	(9.070)	(17.669)	(16.936)

31.4. Despesas tributárias

	2º Sem 2023	12.2023	12.2022
PIS	(419)	(928)	(751)
COFINS	(2.578)	(5.707)	(4.622)
ISSQN	(722)	(1.409)	(1.199)
IPTU, Taxas	(43)	(81)	(72)
Total	(3.762)	(8.125)	(6.644)

31.5. Outras receitas operacionais

	2º Sem 2023	12.2023	12.2022
Recuperações de encargos e despesas	1.904	5.005	2.467
Reversão de provisões judiciais, previdência privada e PDV	185	2.091	11.389
Outras rendas operacionais	26	2.155	12
Atualização tributos a compensar	21	21	13
Atualização depósitos judiciais	181	660	85
Atualização monetária equalização PRONAF	-	-	99
Atualização s/ indêbitos tributários	71	5.981	-
Receita variação cambial em moeda estrangeira	172	339	-
Total	2.560	16.252	14.065

31.6. Outras despesas operacionais

	2º Sem 2023	12.2023	12.2022
Provisões para ações cíveis, fiscais e trabalhistas	(2.445)	(15.448)	(3.222)
Provisão para indenizações trabalhistas PDI/PDVE	(547)	(558)	(11)
Provisão para multas por inadimplência técnica	-	-	-
Outras despesas operacionais	(11)	(306)	(4.147)
Descontos Concedidos em renegociações	(6)	(8)	(5)
Despesas com utilização SISBACEN	(9)	(17)	(18)
Variação cambial em moeda estrangeira	(722)	(731)	(9.660)
Total	(3.740)	(17.068)	(17.063)

31.7. Resultado não operacional

	2º Sem 2023	12.2023	12.2022
Resultado na alienação de valores e bens	(874)	(692)	(467)
Resultado na alienação de investimentos e cotas	(59)	(59)	-
Reversão de provisões de outros valores e bens	600	851	104
Outras rendas não operacionais	992	2.003	1.889
Desvalorização de outros valores e bens	(406)	(501)	(2.298)
Perdas em ações e cotas	28	28	1
Reversão de provisões para perdas em ANFMV	592	489	826
Receitas / Despesas com ANFMV	108	216	-
Total	981	2.335	55

31.8. Participações nos lucros e resultados

A provisão para participações nos lucros e resultados é definida em convenção coletiva de trabalho celebrado entre FENABAN, Sindicato dos Bancários do Espírito Santo e BANDES.

NOTA 32 - OUTRAS INFORMAÇÕES
32.1. Ativos segurados (não auditados)

Os seguros contratados para as edificações cobrem riscos de incêndios, raios, explosões e outros riscos relacionados a imóveis. As apólices vigentes estipulam valor máximo total de cobertura de R\$ 25.179 mil (R\$ 25.179 em 31 de dezembro de 2022).

32.2. Limites operacionais
Índice de Basileia

Representa a relação entre o Patrimônio de Referência (PR) e os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), conforme Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, demonstrando a solvência do banco. Na tabela a seguir informamos os principais indicadores do BANDES em 31 de dezembro de 2023. Todos os indicadores foram calculados em conformidade com as normas em vigor.

Indicador	Mínimo requerido
Patrimônio de Referência Nível I comparado com o RWA* (R\$ mil)	355.652 106.762
Patrimônio de Referência comparado com o RWA* (R\$ mil)	355.652 106.762
Índice de Basileia (%)	36,99% 10,50%
Patrimônio de Referência Nível I comparado com o RWA*	36,99% 6,00%
Capital Principal comparado com o RWA	36,99% 4,50%

*RWA = Risk-Weighted Assets (Ativos Ponderados pelo Risco)

32.3. Operações com instrumentos derivativos

O BANDES não realiza operações com instrumentos derivativos.

32.4. Pagamento baseado em ações

O Banco não possui benefícios em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/2011.

32.5. Resultados recorrentes / não recorrentes

A Resolução BCB nº 02/2020 dispõe que deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do banco e não esteja previsto para correr com frequência nos exercícios sociais futuros. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não houve resultados não recorrentes.

32.6. Evento subsequente

A administração não identificou eventos ocorridos entre a data final do período de relatório a que se referem as demonstrações financeiras e a data de autorização de emissão dessas demonstrações financeiras, que requerem ajuste ou divulgação nas referidas demonstrações.

NOTA 33 - PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS DO CPC E NORMATIVOS CMN E BACEN

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis, alinhadas às normas internacionais de contabilidade, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

CPC	Assunto
00 (R2)	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Financeiro
01 (R1)	Redução ao Valor Recuperável de Ativos
03 (R2)	Demonstração dos Fluxos de Caixa
05 (R1)	Divulgação sobre Partes Relacionadas
06 (R2)	Arrendamentos
10 (R1)	Pagamentos Baseados em Ações
23	Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro
24	Evento Subsequente
25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
33 (R1)	Benefícios a Empregados
41	Resultado por ação
46	Mensuração do Valor Justo
47	Receita de contrato com cliente

NOTA 34 - RESUMO DO PLANO DE IMPLANTAÇÃO DA RESOLUÇÃO CMN Nº 4.966/2021

Em atendimento à determinação do artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/2021, a Administração aprovou o plano de implantação da norma, conforme resumo abaixo:

As atividades de avaliações de impactos em sistemas e processos do banco estão consubstanciadas no plano de implantação que será revisado e desenvolvido com o apoio empresa de consultoria especializada contratada no ano de 2022, e estão distribuídas nas seguintes etapas:

Nivelamento conceitual e normativo para capacitar tecnicamente os membros do projeto e qualquer empregado que realize atividades que poderão ser impactadas pelas alterações normativas;

Alinhamento entre equipe do projeto e consultoria contratada para interação entre as equipes e intercâmbio de informações sobre processos, sistemas e operações;

Elaboração de diagnóstico para implantação da Resolução CMN nº 4.966/21 com objetivo de estudar as políticas, normas internas, modalidades e instrumentos financeiros, processos operacionais e informatizados para identificação de pontos de não aderência à Resolução CMN nº 4.966/2021;

Diagnóstico para proposição de adaptações, ajustes e/ou desenvolvimentos para o processamento das rotinas: provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pela metodologia simplificada, classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, apropriação de receitas e encargos, cálculo da taxa efetiva de juros, apuração do valor presente provável de realização de garantias ou colaterais, entre outras;

Formalização/desenvolvimento dos modelos de negócios praticados para a gestão dos ativos financeiros com enquadramentos nas categorias Custo Amortizado (CA), Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo no Resultado (VJR);

Revisão da estrutura de gerenciamento de risco de crédito e desenvolvimento metodologia de apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de créditos; Assessoramento geral nas adaptações, readequações, transformações e desenvolvimentos de normas internas, políticas contábeis, processos e sistemas, indicados no plano de implantação revisado; Treinamento e transferência de conhecimento.

Considerando que a norma inicia a vigência em 01 de janeiro de 2025, a Administração estima que todos os requisitos de implementação estarão desenvolvidos até 31 de agosto de 2024. E o período de junho a dezembro, será utilizado para testes de sistemas e validações de relatórios e requisitos de auditoria externa independente.

DIRETORIA EXECUTIVA

MARCELO BARBOSA SAINTIVE
Diretor-Presidente

MARCOS KNEIP NAVARRO
Diretor de Negócios

GABRIELA VICHI DE ALMEIDA
Diretora Operacional

SÁVIO BERTOCHI CAÇADOR
Diretor de Riscos, Administração e Finanças

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo – Presidente
Marcelo Barbosa Saintive - Vice-Presidente
Alexandre Pedercini Issa
Andrea Pereira Macera

Leonardo Galazzi Zanotelli
Robson Luiz Avelino Pereira
Sandra Regina Pimenta

COMITÊ DE AUDITORIA

Rodolfo Amorim de Angelo
Flávia Fardim Antunes Bringhamti
Kayo Alves Ribeiro

CONSELHO FISCAL

Ricardo Claudino Pessanha
Alberto Farias Gavini Neto
Eduardo José de Souza
Bruno Pires Dias

CONTADOR

VALDIR DOS SANTOS
Contador CRC/ES 13.555/0-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2023
Aos Acionistas, Conselheiros, Diretores e demais Administradores do BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A - BANDES SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL FECHADO CONTROLADA PELO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Avenida Princesa Isabel nº 54 – Edifício Caparaó – Centro – Vitória/ES – CEP. 29.010-906
CNPJ(MF) nº 28.145.829/0001-00 – Site: www.bandes.com.br

Prezados Senhores,

1) Opinião sem Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis do **BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A - BANDES** ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A - BANDES** ("Banco") em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) incluindo a Resolução nº 4.818/20 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Resolução nº 02/2020

do Banco Central do Brasil (BACEN).

2) Base para Opinião sem Ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3) Principais Assuntos de Auditoria

Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA's) são aqueles que, reputamos de maior relevância em função de sua materialidade financeira ou sua complexidade operacional, conforme o caso, a partir de nosso julgamento profissional, os quais foram considerados os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis tomadas em conjunto com as notas explicativas e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Para cada assunto abaixo, há descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, no contexto das

demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de risco de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar dos assuntos abaixo, fornecem a base para a nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis do Banco.

3.1) Governança de Tecnologia da Informação

Considerando a natureza e complexidade de suas operações, o Banco depende do funcionamento perfeito da inteligência artificial de sua estrutura sistêmica e da governança da tecnologia da Informação. Os riscos inerentes à tecnologia da informação, associados a processos e controles que suportam o processamento do sistema de tecnologia existente, podem, eventualmente, ocasionar processamento impreciso ou incorreto de informações de natureza crítica, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis. Diante do exposto, consideramos a governança do ambiente de tecnologia da informação como um dos principais assuntos de auditoria.

✓ Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Como parte dos procedimentos específicos destinados à auditoria de sistemas informatizados, processamento e consolidação de dados que integram a área de governança de tecnologia da informação, conduzimos através de nossos auditores de sistemas computacionais, uma avaliação de forma remota, através da triangulação de dados dos produtos/relatórios gerados de modo que a partir do nosso exame, foram avaliados os sistemas utilizados pelo Banco em sua integração com o sistema contábil. Como consequência de tal procedimento, constatamos um relativo risco associado ao retrabalho mediante planilhas eletrônicas que fragilizam e fragilizam a eficácia dos controles internos planejados para a operacionalização de seus objetivos sociais.

Para suprir aludido risco, efetuamos testes dos controles gerais e, quando aplicável, testes nos controles compensatórios de tecnologia da informação para os sistemas considerados relevantes no contexto da auditoria, principalmente, aos processos de gestão dos contratos de Operações de Crédito. Também testamos a eficácia dos controles automatizados considerados relevantes, os quais suportam os processos significativos de negócios e os respectivos registros contábeis das operações.

Como consequência, alteramos nosso planejamento de auditoria, modificando a natureza, época e extensão de alguns dos nossos procedimentos substantivos aderentes aos saldos de algumas rubricas contábeis, de modo a obtermos, por esses meios, evidências de auditoria que fossem suficientes e apropriadas para concluirmos acerca das demonstrações contábeis. Por conseguinte, considerando as oportunidades de melhorias para o ambiente de tecnologia, governança sobre acessos a sistemas e gestão de mudanças, consideramos que os controles em uso são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis.

3.2) Provisão para perdas sobre as operações de crédito (Nota Explicativa nº 07)

A Administração exerce julgamento para fins da determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de acordo com o determinado pela Resolução 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Aludido julgamento é significativo para fins da determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, mediante a aplicação de metodologia e processos que utilizam várias premissas, incluindo, entre outros, informações prospectivas e critérios para determinação de aumento ou redução significativa no risco de crédito. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 07, em 31 de dezembro de 2023, o saldo bruto da carteira expandida sujeita ao risco de crédito é de R\$ 479.778 mil, para o qual foi constituída provisão para perdas de créditos esperadas de R\$ 62.563 mil. Consideramos esse assunto/procedimento como significativa em função: (i) da relevância do saldo de crédito de clientes e recebíveis, sujeitas à avaliação de perda; (ii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iii) do julgamento aplicado pela Administração em relação à atribuição do nível de provisão por operação; (iv) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito; (v) bem como os requerimentos de divulgação relacionados; entre outros.

✓ Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Efetuamos uma releitura dos controles internos implementados a fim de atualizarmos-nos em relação ao desenho, funcionamento e níveis de compliance aportados aos processos mais relevantes relacionados: (i) ao processo de aprovação, registro e liberação das operações sujeitas ao risco de crédito; (ii) análise das políticas, procedimentos e manuais internos desenvolvidos para fins da documentação das metodologias estabelecidas; (iii) a avaliação, com o apoio de especialistas, acerca da aplicação das metodologias tanto quantitativa quanto qualitativamente, além da avaliação das premissas e demais informações determinadas pela administração para fins de estimativa dos valores de perdas esperadas em operações sujeitas ao risco de crédito; (iv) a verificação da base documental adotada pela administração para o processo de determinação da provisão para perda esperada; (v) bem como os requerimentos de divulgação relacionados; entre outros. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para perdas de créditos esperadas, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como a respectiva divulgação nas notas explicativas nº 07 são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis.

4) Outros Assuntos

4.1) Relatório da Administração

A administração do Banco é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

4.2) Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas

exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nossos auditores, cujo Relatório de Auditoria Independente – RAI, foi emitido em 15 de março de 2023, sem modificação de opinião.

5) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

6) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- ✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- ✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- ✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- ✓ Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- ✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança do Banco a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Vitória/ES, 21 de março de 2024.

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O – CNAI/PJ nº 029 – CVM nº 12327

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S" ES
Sócio Sênior – CNAI 1552

Phillipe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S" ES
CNAI 4747

Thomaz de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 021100/O-8 "S" ES
CNAI 4850

**RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA
DATA BASE 31.12.2023****1. INTRODUÇÃO**

O Comitê de Auditoria foi instituído no BANDES em outubro de 2018 em atendimento à Lei 13.303, de 30 de junho de 2016 e ao Estatuto Social da instituição. Entrou em funcionamento observando ainda o disposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.198/2004 (revogada a partir de 01/01/2022 e substituída pela Resolução CMN nº 4.910/2021) e seu Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração em 05 de junho de 2018.

O Comitê é órgão estatutário com funcionamento permanente, composto por três membros, em sua maioria, independentes, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração. Suas funções são indelegáveis, além de possuírem capacitação técnica para o exercício do cargo.

O Comitê de Auditoria se reporta diretamente ao Conselho de Administração e desempenha suas atribuições com autonomia e independência, atuando como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. Suas funções e responsabilidades são realizadas em cumprimento às atribuições legais aplicáveis, estatutárias e definidas no seu Regimento Interno.

O Comitê de Auditoria assessora o Conselho de Administração em suas atribuições relacionadas ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da instituição, na qualidade de eficácia do sistema de controles internos e de administração de riscos e na avaliação da efetividade dos trabalhos das auditorias interna e da independente.

A Administração do BANDES é responsável pela elaboração, divulgação e integridade das Demonstrações Financeiras, pela adoção das melhores práticas de sistemas de controles internos e procedimentos, de modo a garantir a observância às Normas Contábeis Brasileiras e legislação aplicável.

O BANDES define em seu Estatuto Social que o Comitê de Auditoria acumula as atribuições previstas pela lei nº 13.303/2016 para que um comitê estatutário verifique a conformidade do processo de indicação e de avaliação de membros para o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, chamado Comitê de Elegibilidade.

2. ATIVIDADES

O Comitê de Auditoria realizou seis reuniões ordinárias no primeiro semestre de 2023 e doze no ano, com pautas específicas previstas em seu plano de trabalho. Nestas reuniões, estiveram presentes representantes das áreas da gestão de risco, controles internos, da contabilidade e da auditoria interna, e quando pertinentes, foram feitas recomendações de melhoria nos processos, além de acompanhamento de ações em desenvolvimento.

Quanto à atribuição do Comitê de Elegibilidade, ocorreram três reuniões no primeiro semestre de 2023.

3. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INTERNA E INDEPENDENTE

O Comitê de Auditoria reuniu-se com a Auditoria Interna para tratar de assuntos relacionados aos trabalhos do Comitê, para acompanhar o Relatório de Acompanhamento das Recomendações de Auditoria - Follow Up, conhecendo os apontamentos, as ações corretivas apresentadas e o nível de execução dos planos de ação propostos. Aprovou os relatórios de trabalhos específicos produzidos, conforme estabelecido no Plano de Atividades de Auditoria Interna, verificando e acompanhando as recomendações.

O Comitê avaliou positivamente a qualidade e efetividade dos trabalhos da Auditoria Interna.

Quanto à Auditoria Independente, o Comitê analisou os resultados dos trabalhos e as conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2023, cujos relatórios foram apresentados sem ressalvas.

O Comitê avaliou como adequada a independência na execução dos trabalhos da Auditoria Independente.

4. OUVIDORIA

O Comitê analisou o relatório semestral de atividades da Ouvidoria, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

5. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O Comitê analisou o relatório semestral das transações com partes relacionadas realizadas pelo BANDES e concluiu que foram realizadas de acordo com a Política de Transações com partes relacionadas e demais situações de conflito de interesse. Não foram identificadas violações aos normativos que regem o assunto.

6. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCOS

Como parte do programa de trabalho, o Comitê avalia a qualidade e a suficiência dos sistemas de controles internos da instituição. Analisou os principais processos e julgou positivamente os esforços que estão sendo empreendidos para melhoria da estrutura de controles internos da organização.

O Comitê analisou os relatórios integrados de riscos elaborados pela área de riscos da instituição e não identificou a existência de riscos que pudessem impactar, de alguma forma, a elaboração das demonstrações financeiras.

7. CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E NORMAS E CONTROLES INTERNOS

O Comitê de Auditoria considera que, com base nas informações recebidas das áreas responsáveis, e nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios produzidos pela Auditoria Externa, não foram apontadas ocorrências que implicassem no descumprimento da legislação e das normas internas, que possam colocar em risco a continuidade da instituição.

8. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Comitê manifestou-se favoravelmente quanto aos procedimentos empregados no processo de preparação das demonstrações financeiras, das notas explicativas, relatórios financeiros e da administração referentes ao 2º semestre e exercício de 2023, enfatizando a aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e o regramento do Banco Central do Brasil. Analisaram as demonstrações financeiras, o relatório da administração e o relatório final dos auditores independentes, sem ressalvas, e opinaram, por unanimidade, recomendar sua aprovação pelo Conselho de Administração.

9. CONCLUSÃO

O Comitê de Auditoria e Elegibilidade do BANDES, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, e em decorrência de avaliações fundamentadas nas informações recebidas pela Administração, da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e da área responsável pelo monitoramento dos controles internos e riscos, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê, declara que não recebeu, neste período, registro de denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração que indicassem a existência de fraudes, falhas ou erros que pudessem colocar em risco a continuidade da instituição, bem como afetar a confiabilidade de suas Demonstrações Financeiras auditadas, relativas ao 2º semestre e exercício de 2023. Com base nessas considerações, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo - BANDES S.A. relativas ao exercício de 2023.

Vitória (ES), 25 de março de 2024.

RODOLFO AMORIM DE ANGELO
Coordenador

FLAVIA FARDIM ANTUNES BRINGHENTI

KAYO ALVES RIBEIRO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal no exercício de suas atribuições legais e estatutárias procedeu ao exame das demonstrações financeiras relativas ao 2º semestre e exercício social de 2023, devidamente auditadas pela AUDIMEC - Auditores Independentes S/S, conforme Relatório de 21.03.2024, sem ressalvas. Concluiu que os citados documentos, examinados à luz das práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, apresentam adequadamente em seus aspectos relevantes, a posição econômica, financeira e patrimonial do BANDES, e opina pela sua aprovação.

Vitória, 26 de março de 2024.

RICARDO CLAUDINO PESSANHA
Presidente do Conselho Fiscal